



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEGEP**

Departamento: **Coordenadoria Administrativa e Financeira - CAF**

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

- **Lei nº. 8.666/93** (Lei que rege as licitações), art. 14º - “Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa”;

- **Art. 15** - As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

- **II** - ser processadas através de Sistema de Registro de Preços.

- **Decreto n. 18.340** de 06 de novembro de 2013 – que regulamenta o Sistema de Registro de Preço, previsto no art. 15 da Lei n. 8.666/93;

- **Instrução Normativa nº 05 de 01 de julho de 2011** que trata do procedimento interno para as aquisições públicas do Estado de Rondônia;

3. DO OBJETO E OBJETIVO

3.1. Do Objeto

Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de relógios de ponto biométrico sem emissão de impressão e câmeras de segurança e monitoramento, para atender a necessidade desta Superintendência.

3.1.1. Do Objetivo

O objetivo da aquisição do relógio biométrico é a praticidade na conferência da folha de ponto e economicidade para a administração pública. Já as câmeras, além de visar a proteção dos servidores e dos bens patrimoniais públicos através do monitoramento desta SEGEP, é uma das partes da **segurança** que visa proteger pessoas, bens e valores. Em resumo, podemos dizer que é um conjunto de **sistemas** que unem de forma inteligente o uso de equipamentos eletrônicos aos serviços de profissionais.

3.2. Das Especificações Técnicas/ Quantidades dos Objetos:

Item	Especificação	Unid. Medida	Quant.
01	Relógio de Ponto Biométrico	Unidade	3
01	Kit de Sistema CFTV com câmera	Unidade	3
02	NVR (Network Video Recorder) com HD	Unidade	1
03	Instalação e configuração física e geral dos Equipamentos do Grupo 2	Unidade	1
04	Treinamento para servidores que irão operacionalizar as câmeras	Unidade	1
03	Nobreak	Unidade	1

3.2.1. GRUPO 01

Item	Especificações	Quantidades
01	<p>RELÓGIO DE PONTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com leitor biométrico; - Sistema embarcado de gerenciamento com interface de controle através de navegador web, gravação de dados de trabalho e registros em memória não volátil; - Permitir o cadastro dos dados do empregador, local de trabalho e Funcionários na memória de trabalho, calendário perpétuo e com opção de configuração de horário de verão, armazenar na memória de registro permanente os eventos envolvendo o registro da empresa, registro de ponto, alteração de data, hora e cadastro de funcionário; - Sistema com proteção com sensores para evitar a violação do equipamento; - Cadastro de usuário incluindo PIS, Matrícula e Nome Completo; - Possuir porta fiscal USB para o « fiscal do trabalho » armazenar em dispositivo externo as informações e configurações realizadas; - Comunicações: tcp/ip; - Web Server permite exportar os eventos de ponto e importar e exportar os dados de empregador, colaboradores, configurações, biometrias e log de sistema; - Gerar arquivo no padrão AFD; - Leitor biométrico tipo ótico com resolução mínima de 300 dpi, resistente a desgaste e com alto desempenho na verificação da impressão digital e verificação 1:1 e 1 :N; - Capacidade de no mínimo 8000 digitais de armazenamento, podendo ter até 10 digitais para única matrícula, teclado de 16 teclas, padrão telefônico com teclas de funções, display de cristal líquido (LCD) 16 caracteres x linhas com backtith; - Leitor de código de barras padrão 2 de 5 intercalado e não intercalado e padrão 3 de 9 ; - Fonte de alimentação chaveada 90 a 265VAC, tensão 12volts; - Bateria interna 12v para alimentação em caso de falta de energia com autonomia mínima de 3 horas; - Possuir memória protegida garantindo a integridade dos dados de eventos, o que impede a sobre gravação e/ou adulteração das informações; - Idioma: português, inglês e outros. - Garantia total do equipamento de no mínimo 12 (doze) meses pelo fabricante, tendo o tempo de suporte e solução de problemas após o início da chamada; - A Empresa precisa ter representação para assistência técnica em Porto Velho. - - Incluir instalação completa e treinamento do equipamento para a equipe de RH do órgão no mínimo 04 (quatro) horas incluindo apoio para integração/comunicação com o sistema de gerenciamento de recursos humanos; -Capacidade de comunicação em rede cabeada Ethernet TCP/IP em velocidade 10/100MPs -Possibilidade de Fixação em Parede -Tipo de alimentação bivolt - O Relógio Será integrado ao Sistema SIF (Sistema Integrado de Frequências) do Estado, portanto o equipamento deverá ser compatível ao Sistema. - Relógio de Ponto Biométrico Henry Primme SF Ponto ou Equivalente 	03

3.2.2. GRUPO 02

	<p>Kit de Sistema CFTV com câmera:</p> <p>Câmera IP para videomonitoramento do tipo dome fixa;</p> <p>Deve Possuir interface Web permitindo o acesso, através de um navegador web, a configuração e gerenciamento do equipamento;</p> <p>Deve possuir sensor de imagem em estado sólido, tipo CMOS ou CCD, com tamanho igual ou maior que 1/2,9", com varredura progressiva;</p> <p>Deve possuir sensibilidade À luz de, no mínimo, 0,2 lux em colorido e de, no mínimo, 0,05 lux em preto e branco sem o uso de iluminação IR;</p> <p>Deve possuir uma resolução de imagem de, no mínimo, 1920 x 1080 pixels a uma taxa de 30 FPS (Frames Per Second); Deve possuir lente do tipo íris fixa com abertura horizontal de, no mínimo, 104°;</p> <p>Deve possuir iluminação artificial tipo IR, através de LEDs próprios para esta funcionalidade embutidos no próprio corpo da câmera, capaz de prover iluminação quando há ausência total de luz no ambiente, numa distância de, no mínimo, 20 metros da câmera. Não serão aceitos iluminadores externos à câmera;</p> <p>Deve possuir filtro para correção de infravermelho removível automaticamente;</p>	
--	---	--

Deve operar com os modos de compressão M-JPEG, H.264 e H.265, permitindo a escolha do modo de compressão de imagens durante a instalação do equipamento. A fim de evitar problemas futuros de infração de licença, o fabricante deve estar devidamente licenciado no HEVC Advance para uso do protocolo H.265 em seus produtos;

O equipamento deverá possuir ainda tecnologia de compressão inteligente de imagem sobre os streamings H.264 e H.265, permitindo uma taxa de compressão superior a simples compressão padrão H.264 e H.265, possibilitando a redução de tráfego de rede e armazenamento em uma média de 25% em relação ao streaming padrão.

A comprovação da tecnologia de compressão de imagem inteligente será realizada mediante documentação do fabricante da câmera, sendo possível ainda a solicitação de amostra no momento da licitação para comprovação via testes com os equipamentos visando garantir a autenticidade das informações; Deve permitir a sobreposição de texto à imagem, de modo que a própria câmera estampe na imagem informações, tais como, data e hora;

Deve possuir recurso de WDR (Wide Dynamic Range) com ganho de, no mínimo, 115dB, para compensação automática contra luz de fundo mais intensa de modo a otimizar a qualidade de objetos com pouca iluminação próximos a câmera. Não será aceito o DWDR (Digital Wide Dynamic Range); Deve permitir rotacionar digitalmente a imagem em 90° e 180°, permitindo a instalação da câmera em teto ou parede;

Deve implementar o formato de imagem que permite um stream de vídeo orientado verticalmente, em formato retrato, com taxa de proporção 9:16 para monitoramento de corredores, evitando a captura e o armazenamento de imagens de áreas desnecessárias ao monitoramento, como as paredes vazias, permitindo um melhor uso da largura de banda e do espaço disponível para o armazenamento dos vídeos;

Deve possuir funcionalidade de PTZ digital;

Deve permitir configurar o brilho, a nitidez, o contraste e o balanço de branco da imagem; Deve permitir a aplicação de máscara de privacidade sobre a imagem na própria câmera; Deve possuir funcionalidade para detecção de movimentos; Deve possuir arquitetura aberta para integração com outros sistemas;

01 Deve suportar a adição de recursos de análise de vídeo internos ao equipamento, seja ele do mesmo fabricante da câmera ou de outros fabricantes, através da simples adição futura de licença e software; Deve possuir 1 (uma) interface ethernet, com conector RJ-45, para conexão em rede TCP/IP, operando nas velocidades de 10/100 Mbps;

A interface ethernet deve permitir alimentação PoE (Power over Ethernet) conforme os padrões IEEE 802.3af, nativamente na câmera sem o uso de equipamentos adicionais;

A câmera deve implementar os protocolos de rede TCP, UDP, IPv4, IPv6, DNS, NTP, SNMP, QoS, RTP, SRTP, HTTP, HTTPS, SSL e SMTP; Deve implementar também o método de autenticação de acesso à rede IEEE 802.1X;

Deve possuir recurso capaz de limitar a taxa máxima de bits para transmissão na rede, devendo a imagem adaptar-se automaticamente a taxa de bits estabelecida, seja através da redução na qualidade da imagem ou através da diminuição no número de FPS (Frames Per Second);

Deve ser possível a atualização do firmware da câmera através de um software do fabricante da câmera, permitindo a atualização de diversos equipamentos de forma centralizada. As versões do firmware para a câmera devem também estar disponíveis no website do fabricante do equipamento;

Deve possuir slot que permita a inserção de cartão SD, microSD ou semelhante de, no mínimo, 64 Gbps, para o armazenamento dos vídeos para os casos onde não é possível a comunicação com o servidor de gravação. Não é necessário o fornecimento do cartão SD;

Deve operar conforme o padrão internacional ONVIF, estando em conformidade com o ONVIF Profile S, com o ONVIF Profile G e com o ONVIF Profile T. A fim de assegurar que as futuras atualizações do produto manterão a conformidade com os padrões supracitados, o fabricante deverá ser membro ativo do ONVIF;

A fim de garantir conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada pela Lei no 13.709, de 14/08/2018, respondendo às determinações da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), o equipamento deverá estar compatível com Onvif Profile T para "Secure Streaming"; Deve possuir invólucro com grau de proteção IP66. Adicionalmente, deve possuir proteção contra vandalismo com grau de proteção IK08. Deve permitir a fixação em parede. Todos os acessórios, tais como caixa de proteção e suportes de fixação, devem ser do mesmo fabricante da câmera;

Deve possibilitar o encaixe de tubulação com 1/2" ou 3/4" diretamente ao corpo da câmera por meio de acessório próprio do fabricante, permitindo a instalação sem cabos ou conectores expostos;

Deve possuir MTBF (Mean Time Between Failures) ou MTTF (Mean Time To First Failure) de 100.000 (cem mil) horas ou mais;

O fabricante da câmera deverá possuir assistência técnica oficializada pelo próprio fabricante no Brasil, devendo a comprovação ser realizada por meio de declaração do fabricante contendo os dados da

03

	assistência técnica oficial no Brasil; O equipamento deve possuir garantia do fabricante pelo período de, no mínimo, 12(doze) meses não sendo aceita garantia de terceiro (distribuidor, importador ou instalador); Conforme disposto no item I do artigo 15 da lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (I - Atender ao princípio de padronização, que imponha compatibilidade técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas), as câmeras IP, por questões de compatibilidade, gerência, suporte e garantia, devem ser do mesmo fabricante; Visando a qualidade e garantia de continuidade de atualizações e suporte, bem como, responsabilidade acerca da segurança cibernética, é imperativo que o fabricante tenha pleno domínio dos processos de desenvolvimento e manufatura do produto, tanto a nível de hardware quanto de software, não sendo aceitos produtos baseados em OEM, ou apenas "montados", utilizando tecnologia de terceiros.	
02	-NVR (Network Vídeo Recorder) com HD para armazenamento no mínimo 2 Terabytes; Com entrada mínima de 4 canais (entrada); Alimentação PoE; sistema operacional Linux; Saída de vídeo para conexão de monitores em VGA e HDMI.	01
03	- Instalação e configuração física e geral dos Equipamentos do Grupo 2, incluindo todos os materiais e acessórios necessários	01
04	-Treinamento para servidores que irão operacionalizar as câmeras	01

3.2.3. GRUPO 03

03	- Nobreak com Potência saída de no mínimo: 1,2KVA; fator potencia: tensão de entrada: 115/220 bivolt automática; frequência de 50/60 HZ tensão de saída 115; fator de potência 0,7; Bateria interna: 1 banco de bateria 12 VDC/7AH; Mínimo de tomadas 6 Tomadas/Bornes padrão NBR14136; filtro de linha interno, para interferência e ruídos na rede; com gabinete; cabo de força mínimo 1,5m, atendendo a Norma brasileira.	01
----	---	----

3.3. Da Garantia do objeto

3.3.1. A garantia/assistência técnica do fabricante deverá ser especificada na proposta. Contudo, determinam-se as características mínimas a serem cumpridas/consideradas a saber:

3.3.2. A Licitante deverá oferecer garantia de adequado funcionamento dos equipamentos, pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, comprometendo-se a manter ou credenciar, em Porto Velho serviço de assistência técnica apta a sanar eventuais problemas que os equipamentos possam apresentar ou ainda, não sendo possível manter assistência autorizada neste local, responsabilizar-se-á por eventuais deslocamentos, e respectivos custos, caso sejam necessários para viabilizar a correção dos problemas a surgirem, bem como disponibilizar telefone de contato do preposto técnico para comunicação entre as partes.

3.3.3. Durante o prazo de garantia, a Contratada deverá prestar serviços de assistência técnica e suporte à solução por meio de manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a Contratante;

3.3.4. Durante o período de garantia, o suporte deverá estar disponível 24 horas ao dia por 7 (Sete) dias da semana, com atendimento *on-site*;

3.3.5. O endereço para a prestação de garantia será fornecido por meio da Nota de Empenho realizada para cada ente beneficiado, uma vez que todos os equipamentos serão entregues no almoxarifado para fins de tombamento.

3.4. Da Garantia Contratual

3.4.1. A Empresa contratada deverá prestar garantia do Objeto, obedecendo/seguindo os parâmetros do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

3.4.2. A empresa vencedora deverá prestar garantia no ato da assinatura do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global dos serviços relativos aos Grupos/Itens adjudicados à empresa, na modalidade de sua preferência, a qual ficará sob a responsabilidade da SEGEP-RO, nos termos do § 1º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93.

"Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

As modalidades de garantia pela qual a licitante vencedora poderá optar são:

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária.

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 3º Para obras, serviços e fornecimentos de grande vulto envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis, demonstrados através de parecer tecnicamente aprovado pela autoridade competente, o limite de garantia previsto no parágrafo anterior poderá ser elevado para até dez por cento do valor do contrato.

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

§ 5º Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia deverá ser acrescido o valor desses bens.

3.7. A licitante vencedora obriga-se a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do contrato a ser firmado, comprovar sua validade e atualização (renovação), para o novo período contratual.

3.9. A perda da garantia em favor da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas – SEGEP-RO, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no contrato a ser firmado, quando identificada a inadimplência por parte da Contratada diante de sanções ou restituições não regularizadas, quando a administração fará a retenção até o limite de saldo de sua posse.

3.11. A garantia deverá ser novamente integralizada pela Contratada em no máximo 30 (trinta) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores relativos às deduções legais previstas, e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverão ser atualizados na mesma proporção, em conformidade com o art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

3.13. A garantia deverá ter prazo de validade de até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

3.15. A garantia prestada será liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei federal 8.666/93.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Do Interesse Público na Despesa

4.1.1. Do Relógio Biométrico de Registro de Ponto

Atualmente, a emissão e o controle da frequência dos servidores das Secretarias Estaduais, são realizadas por meio de Relógio Biométrico, integrados ao Sistema SIF (Sistema Integrado de frequência), no entanto ainda há necessidade do relógio de Ponto em algumas unidades desta Superintendência.

Além disso, há necessidade em muitas Secretarias do Estado, pois parte do controle ainda é feito de forma manual, ficando sob responsabilidade do Núcleo de Frequência as seguintes atividades:

- Emissão mensal das folhas de ponto;
- Entrega das folhas nas unidades de trabalho;
- Conferência individualizada de cada folha de ponto, verificando o efetivo cumprimento da jornada;
- Encaminhamento mensal de relatório para o comando de desconto de faltas, atrasos e saídas antecipadas injustificadas;
- Remissão das folhas de ponto por perda ou extravio;

Vale ressaltar que o Relógio de Ponto permite que os gestores possam acompanhar se os servidores estão cumprindo com suas obrigações laborais regularmente, de forma prática, evitando o risco de ocorrerem falhas no controle mensal, além de gerar economia para o Estado por não apresentar o uso

do papel, uma vez que os processos do Poder Executivo do Estado de Rondônia procedem-se por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Além disso, ao utilizar o controle de ponto manual, o RH deixa a cargo do servidor o preenchimento das informações acerca das horas trabalhadas. Isso é uma porta aberta para fraudes ou mesmo para inconsistências causadas por distrações na hora de preencher. A fim de evitar essa problemática e cumprir a jornada de trabalho com exatidão, a melhor receita é contar com o ponto eletrônico, que permite controlar a jornada de trabalho com maior eficiência e transparência, não deixando lacunas para descumprimento das normas impostas.

Ademais, em 21 de março de 2017, fora publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia o Decreto nº 21.735, que institui a utilização do registro de ponto eletrônico no âmbito desta Superintendência, surgindo assim a necessidade de aquisição de Registradores Eletrônicos de Ponto Biométricos homologados pelo MTE, assim como os serviços para realizar a integração dos registros realizados no relógio de ponto com o Sistema de RH do E-Estado.

Contudo, a aquisição dos pontos eletrônicos se justifica por se tratar de um sistema que visa evitar fraudes no cômputo das horas trabalhadas pelos servidores, contribuindo com a praticidade na conferência da folha de ponto bem como a economicidade no uso do papel.

4.1.1.1. **Da Exigência Quanto a Marca e Modelo ou Compatível**

Nos termos do § 7º do art. 15 da Lei 8.666/93, é ilegal a indicação de marcas, **salvo quando devidamente justificada por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido.**

De acordo com a Súmula/TCU nº 270:

“em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação”.

Portanto a recomendação da Marca e Modelo ou compatível, justifica-se pela necessidade de já existir um Sistema para controle das informações, as quais os equipamentos que serão adquiridos terão que transmitir informações a este sistema.

A necessidade de Comunicação do relógio de Ponto com o Sistema Integrado de Frequências - SIF é indispensável para que se tenha êxito no Objetivo de Padronizar a conferência do Controle do Ponto trazendo Praticidade e Economicidade para a Administração.

Destacamos que esta exigência, foi baseada no Parecer Técnico 87/2022/SETIC-DITEC (ID-SEI 0028019429), o qual afirma:

"Para aquisição do equipamento em questão, primeiramente é necessário saber se o mesmo será integrado com o sistema SIF (Sistema Integrado de Frequências) desta SETIC, se esse for o caso, sugerimos que a compra seja direcionada para o equipamento "Relógio de Ponto Biométrico Henry Primme SF Ponto", pois conforme o despacho SETIC-GDEV (0027966050), trata-se de um modelo compatível."

Deste modo, acrescentamos na especificação o modelo e marca Indicados pela Superintendência de Tecnologia, cujo detém o conhecimento adequado quanto a análise dos equipamentos tecnológicos.

Ressaltamos ainda, que não limitamos apenas a aquisição da marca e modelo mencionados no Item 01 referente as especificações. Podendo ser adquirido qualquer aparelho equivalente ao mencionado e compatível com o **SISTEMA INTEGRADO DE FREQUÊNCIA.**

4.1.2. **Das câmeras de Segurança**

As câmeras proporcionam monitoramento e gravação do ambiente, proporcionando consideravelmente a segurança das pessoas e dos bens móveis e imóveis.

O investimento em segurança eletrônica proporciona tranquilidade, uma vez que previne, monitora e cuida de bens e das pessoas.

O videomonitoramento traz benefícios como proteção, maior controle de quem entra e sai, monitoramento do fluxo de pessoas no local, agilidade em emergências, controle, facilidade para

identificar indivíduos e afastamento de criminoso.

Sobretudo, as câmeras de segurança justifica-se por se tratar de um sistema que evita, furtos, roubos, danos e extravios aos bens públicos. Além de trazer maior tranquilidade e segurança aos Servidores que se encontram, trabalhando no local.

4.1.2.1. **Da Especificação Reunida em Grupo/Lote**

Possibilidade econômica e Técnica para a forma de Divisão do Objeto

Compete à Administração buscar e proceder com pesquisas e estudos detalhados sobre as características do objeto e modo de comercialização, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos no processo de aquisição.

Por esta Superintendência (SEGEp) não deter de muitos conhecimentos Tecnológicos, o Processo em Epígrafe, foi encaminhado à Superintendência Estadual de Tecnologia da informação e Comunicação - SETIC para que fosse feita uma análise Detalhada sobre os equipamentos solicitados.

Inicialmente seriam 2 Itens: Relógio Biométrico e o kit de Câmeras com todas as suas atribuições, acessórios, instalação e garantia.

Em relação a aquisição do Kit de Câmeras, foi sugerido no Parecer Técnico nº 87/2022/SETIC-DITEC (0028019429), subdividir os Itens e acrescentar separadamente a garantia dos equipamentos, instalação física incluindo todo o Material necessário e Treinamento para Servidores.

O Tribunal de Contas da União recomenda que a licitação seja procedida por itens/lotes/grupos sempre que econômica e tecnicamente viável, cabendo a Administração, justificadamente, demonstrar a vantajosidade da opção feita. A forma de divisão do objeto não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela autoridade competente. Colaciona-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria:

“ O fracionamento das compras, obras e serviços, nos termos do § 1º do art. 23 da Lei n. 8.666/93 somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.”

A divisão do objeto não pode, portanto, causar prejuízo para o conjunto ou complexo licitado, observando-se que cada item/lote/grupo cinge-se a certame autônomo, com julgamento independente.

Os itens agrupados devem guardar compatibilidade entre si. Foi observado, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

Por oportuno, cabe ressaltar a distinção de licitação por itens e de licitação por lotes, conforme entendimento da Corte de Contas:

“Na licitação por item, há a concentração de diferentes objetos num único procedimento licitatório, que podem representar, cada qual, certame distinto. De certo modo, está-se realizando “diversas licitações” em um só processo, em que cada item, com características próprias, é julgado como se fosse uma licitação em separado, de forma independente. Quando dividida a licitação em itens, tem-se tantos itens quantos o objeto permitir. Na compra de equipamentos de informática, por exemplo, a licitação pode ser partida nos seguintes itens: microcomputador, notebook, impressora a laser, impressora a jato de tinta; e na de material de expediente, caneta, lápis, borracha, régua, papel, cola, dentre outros. Deve o objeto da licitação ser dividido em itens (etapas ou parcelas) de modo a ampliar a disputa entre os licitantes. Deve ficar comprovada a viabilidade técnica e econômica do feito, ter por objetivo o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a preservação da economia de escala. (...) Licitação em lotes ou grupos, como se itens fossem, deve ser vista com cautela pelo agente público, porque pode afastar licitantes que não possam habilitar-se a fornecer a totalidade dos itens especificados nos lotes ou grupos, com prejuízo para a Administração. Em princípio, essa divisão só se justifica quando o lote ou grupo for constituído de vários itens para um só local ou ambiente. Por exemplo: compra de moveis, em que todos os itens constantes do lote ou grupo, destinados a um determinado ambiente, devem ser adquiridos de uma só empresa, de forma a manter idêntico estilo, modelo, design etc.” 3 (grifou-se).

Diante disso, as contratações da Administração devem pautar-se sempre pela vantajosidade e economicidade.

A vantagem desta Aquisição por grupo/Lote é o fato de que os Itens de 01 a 04 do Grupo 02, (Item 3.2.2 deste Termo de Referência), **devem ser disputados Juntos, por se tratar de equipamentos que englobam um único Sistema (de Videomonitoramento).**

Caso os Itens do **Grupo 2**, sejam disputados de forma Separada, poderão haver problemas entre os mesmos como:

- Conexão;
- Compatibilidade;
- Comunicação;
- Falta de controle adequada;
- Instalação;
- Responsabilização dos fornecedores, caso aconteça algum problema na entrega do serviço.
- Entre outros.

Nos termos vistos, o procedimento a ser adotado possui certa peculiaridade, requerendo cautela no processamento da Aquisição, mas demonstra-se de grande utilidade e fácil aplicação em vista dos inúmeros benefícios que decorrem desse modelo, especialmente a celeridade, a economia e a vantajosidade nas contratações.

A Administração concluiu, portanto, pela possibilidade técnica e econômica de dividir o objeto em 2 Grupos: **Grupo 1 - Relógio Biométrico** e **Grupo 2 Kit de Câmeras e Todos os Itens necessários para a sua Instalação.**

4.2. **Do Nobreak**

O Nobreak é um estabilizador com uma bateria interna, que tem como finalidade evitar que aparelhos sejam desligados de repente durante possíveis quedas de energia. A importância do seu uso está na segurança que ele pode garantir para o bom funcionamento de diversos sistemas.

Este equipamento funciona como um "filtro" de energia elétrica que chega distribuída até o equipamento.

Através do processo de "filtragem" da energia, pelo nobreak para alimentar o Sistema CFTV, que estará a ele conectado, os aparelhos do Sistema, poderão ter um tempo de vida maior, afinal, sofrerão bem menos com oscilações de luz.

Em uma possível falta de energia, o Nobreak estabilizará e manterá o fluxo de funcionamento dos equipamentos conectados a ele, por um determinado tempo. Fazendo assim, que os serviços continuem funcionando e, ao fim do tempo de energia armazenada, estes equipamentos desligarão em segurança.

Em resumo, o nobreak, além de "assumir" o fornecimento de energia em situações de interrupção (por tempo determinado tempo, pois depende da autonomia da bateria interna), também atua mantendo a estabilidade da rede elétrica, evitando que oscilações e picos de energia danifiquem os equipamentos.

Contudo, em casos de queda de energia, todo o investimento realizado no sistema de CFTV é perdido, caso ele não conte com um nobreak. Como se sabe, as quedas de energia são bastante comuns.

É importante destacar que o nobreak é fácil de ser instalado e muito mais em conta quando comparado aos tradicionais geradores.

Sem dúvida alguma, o nobreak aumenta a segurança fornecida pelo CFTV. Primeiro, porque assegura que todas as imagens vão ser gravadas e armazenadas sem interrupção. Desse modo, não vão existir meios de esconder qualquer ação inadequada, uma vez que tudo vai ficar guardado e, claro, com meios para pleno acesso.

Diante do exposto Justificamos a Aquisição deste Item.

4.2.1. **Da compra através de Registro de Preços**

Registro de Preço é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição para contratações futuras, realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de Pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação. É feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata. Nesse sentido, o sistema de registro de preços não obriga a sua execução, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

Contudo, a aquisição por registro de preço se justifica por tratar-se de equipamento para cumprir com o Decreto governamental e que abrange todos os órgãos do Poder Executivo do Estado de Rondônia. Dessa forma, visa atender com único processo licitatório várias Secretarias, objetivando ainda, a economicidade, a ampliação do universo de fornecedores, bem como o estímulo aos fornecedores locais.

Conforme descrito acima, solicita-se que o certame licitatório seja realizado na modalidade Pregão e que seja através de Registro de Preço, uma vez que a presente aquisição se encaixa no rol do art. 3º, do Decreto Estadual n. 18.340/2013 e 24.082/2019, de 22/07/2019, *in verbis*:

Art. 3º. do Decreto n. 18.340, de 2013:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, objetivando a adequação do estoque mínimo e máximo, ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

(...).

§ 1º Poderá ainda ser utilizado o registro de preços em outras hipóteses a critério da Administração, observado o disposto neste Decreto.

§ 2º Evidenciadas as hipóteses previstas neste artigo, a não utilização do registro de preços deverá ser justificada nos autos do processo pela autoridade competente.

§ 3º Nos casos em que a Lei nº 8.666 permitir a dispensa, em razão do valor ou de emergência, após a contratação a autoridade responsável pelo ato avaliará a conveniência de incluir o bem ou serviço em futuro registro de preços, visando a reduzir as contratações diretas.

§ 4º Com o objetivo de imprimir maior transparência na gestão pública e sinalizar ao mercado prestador do serviço ou fornecedor o potencial de contratação governamental, os órgãos e entidades do Poder Executivo enviarão à Superintendência de Compras e Licitações de Rondônia (SUPEL), até o mês de setembro de cada ano, a especificação completa dos bens e serviços que pretendem adquirir no exercício seguinte, com a indicação de quantidades e a periodicidade da aquisição.

Decreto 24.082/2019, de 22/07/2019:

Art. 2º Ficam acrescentados os §§ 1º-A, 1º-B, 11, 12, 13 e 14 ao artigo 26 do [Decreto nº 18.340, de 2013](#), conforme segue:

"Art. 26.

§ 1º-A. A manifestação do Órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à realização de estudo, pelos Órgãos e pelas Entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração Pública Estadual da utilização da Ata de Registro de Preços.

§ 1º-B. O estudo de que trata o § 1º-A, após aprovação pelo Órgão gerenciador, será divulgado no Portal de Compras do Governo Estadual ou outro meio eletrônico que venha a substituí-lo.

§ 11. É vedada a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação por meio de adesão à Ata de Registro de Preços que não seja:

I - gerenciada pela Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC; e
II - gerenciada por outro Órgão ou Entidade e previamente aprovada pela Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC.

§ 12. O disposto no parágrafo anterior não se aplica às hipóteses em que a contratação de serviços esteja vinculada ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação, constante da mesma Ata de Registro de Preços.

Esse procedimento garante inúmeras vantagens, seja do ponto de vista técnico ou administrativo, como:

- Evita a pulverização de diversos processos para aquisição de um mesmo tipo de equipamentos para várias Secretarias;
- Diminui o custo administrativo do Estado com pessoal e material, uma vez que com um único processo várias Secretarias serão atendidas;
- Ajuda, tecnicamente, na padronização do sistema empregado nesse equipamento, uma vez que a solução técnica é única e não uma variedade de marcas fabricantes e softwares;
- Facilita os procedimentos de manuseio e configuração pelos respectivos setores de TI das Secretarias, uma vez que os mesmos serviços serão executados em mais de um órgão;
- Facilita a manutenção e possível solicitação de serviços de garantia, uma vez que as tratativas de pós venda será feita apenas uma autorizada, não com várias.

4.2.2. **Da Classificação dos Bens**

Considerando que os objetos foram objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações reconhecidas do mercado, os bens são classificados como comuns.

4.2.3. **Das quantidades**

As quantidades solicitadas pelo setor requerente basearam nas necessidades desta SEGEPE, de acordo com Memorando SEI nº 52 (0018611666).

5. **DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

5.1. **Do Local e Forma de Entrega**

5.1.1. Os bens deverão ser entregues e instalados nesta Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEPE, localizada na AV. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Prédio Rio Cautário, Curvo II – Porto Velho-RO, durante o horário das 07:30 às 13:30 horas, de segunda a sexta-feira.

5.1.2. **Do Prazo**

O prazo de entrega será de **30 (trinta) dias** a contar do recebimento da Nota de Empenho e solicitação da empresa contratada, podendo ser prorrogado com Autorização do Gestor do Órgão.

5.2. **Das Condições de Recebimento de Bens de Consumo**

5.2.1. Os itens adquiridos deverão ser entregues conforme quantidade e especificações constantes na Nota de Empenho ou outro documento equivalente, sendo que a inobservância desta condição implicará em recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais;

5.2.2. O proponente vencedor obrigará-se a entregar os materiais, no local designado pela SEGEPE, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do mesmo, a qualquer tempo, nos casos em que eventualmente, venha a ser constatado como irregular ou desconforme;

5.2.3. Qualquer solicitação feita à SEGEPE, referente à aquisição, deverá ser encaminhada à Coordenadoria Administrativa e Financeira/CAF desta SEGEPE, localizada no Centro Político Administrativo Palácio Rio Madeira - Edifício Rio Cautário 1º andar- Avenida Farquar nº. 2986 - Bairro Pedrinhas Tel: (69) 984549896 – CEP: 76.903-036 – Porto Velho – RO, **no horário das 07h30min às 13h30 de Segunda – feira a sexta-feira.**

5.3. O Recebimento Provisório

5.3.1. Provisoriamente - para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante recebimento provisório por servidores devidamente designados, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório;

5.4. O Recebimento Definitivo

5.4.1. Definitivamente - após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação pela SEPAT e SETIC, mediante Termo de Recebimento, em até **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas ocorrerão através da
Unidade Orçamentária: **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

Função Programática: **2087**

Elemento de Despesa: **4.4.90.52 (para os Materiais) e 3.3.90.39 (para os serviços de instalação e treinamento).**

Fonte de Recurso: **1500**

7. DO PAGAMENTO

7.1. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para atestação, devendo conter no seu corpo a descrição do objeto, a conta bancária da **CONTRATADA**, para efetivação do pagamento, conforme disposto no art. 74, III da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, conforme o art. 5º, caput, da Lei Federal 8.666/93;

7.3. Na hipótese da apresentação de mais de uma nota fiscal/fatura, e, se alguma delas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a **CONTRATANTE** deverá pagar apenas àquela que se encontra correta, no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da **CONTRATADA** de reapresentar, para cobrança àquelas inexatas devidamente corrigidas, com as justificativas necessárias (nestes casos também a **CONTRATANTE** terá o prazo de até **30 (trinta) dias**, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento), não implicando qualquer ônus para a SEGEP;

7.4. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, com o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, e **Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal**, podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos, além de ser permitida a apresentação de Certidões Positivas com efeito de Negativa, aqueles descritos nos artigos 27,28, 29 e 31 da Lei 8.666/93;

7.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.6. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

7.7. Eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.8. Os preços serão irrevogáveis.

7.9. O prazo para pagamento de material que venha a ser substituído por não atender as exigências deste Termo de Referência, se dará a contar da data da nova entrega do material e o aceite deste pela Administração.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento dos serviços prestados, através da união de esforços.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Habilitação Jurídica

10.1.1. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto solicitado.

10.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, **com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto solicitado.**

10.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.4. Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

10.2. Qualificação Técnica:

10.2.1. Apresentação de atestado(s) e/ou declaração (ões) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovado o desempenho da licitante em contrato(s)

pertinente e compatível em características e quantidades ao do objeto da licitação, conforme delimitado abaixo e na Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017, DOE/RO nº 46 de 10/03/2017, alterada pela Orientação Técnica n. 002/2017, que em seu art. 3º, dispõe o seguinte:

"Art. 3º Os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais relativos à aquisição de bens e materiais de consumo comuns, considerando o valor estimado da contratação, devem observar o seguinte:

I – até 80.000,00 (oitenta mil reais) - fica dispensada a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica;

II - de 80.000,00 (oitenta mil reais) a 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) - apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove ter fornecido anteriormente materiais compatíveis em características;

a) Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante forneceu materiais de consumo, condizentes (em concordância) com os itens que apresentar proposta.

b) Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem que a licitante fornece ou forneceu o percentual de 5% (cinco por cento) dos itens em que a empresa apresentar proposta.

c) Quanto à compatibilidade em prazos com o objeto desta licitação não serão exigidas, considerando que a aquisição não envolve compra de grande vulto e alta complexidade técnica, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados.

d) O (s) atestado (s) emitido (s) por pessoa de direito público deverá (rão) constar órgão, cargo e matrícula do emitente, vale ressaltar, que a ausência das informações do órgão, cargo e matrícula do emitente nos atestados de capacidade técnica, não ensejará a imediata inabilitação do licitante, cabendo a promoção de diligência para averiguar a veracidade do documento, conforme previsto no art. 6º, parágrafo único, da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, incluído pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL.

e) Fica a Superintendência Estadual de Licitações, por meio de sua Comissão de Licitação estabelecer no Edital a apresentação ou dispensa de Atestado de Capacidade Técnica, considerando o valor estimado da contratação (Art. 3º da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, de 14/02/2017, D.O.E. nº 38, de 24/02/2017, retificada pela Orientação Técnica nº 002/2017/GAB/SUPEL, de 08/03/2017, D.O.E. nº 46, de 10/03/2017.

10.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.3.1. Certidão (ões) Negativa (s) de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (Recuperação Judicial e Falência) expedida (s) pelo (s) distribuidor (es) de sua sede, expedida nos últimos 90 (noventa) dias.

10.3.2. Balanço Patrimonial, referente ao exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que a Pregoeira, possa aferir se está possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas a mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas a menos de um ano), de no mínimo 5% (CINCO por cento), do valor estimado para contratação.

10.4. **Regularidade Fiscal**

10.4.1. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal – unificada da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativo às Contribuições Sociais – unificada pela Portaria MF 1751, de 2/10/2014), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

10.4.2. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual, expedida na sede ou domicílio da Empresa, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

10.4.3. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal, expedida na sede ou domicílio da Empresa; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

10.4.4. Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de

“certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

10.4.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.4.6. Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.5. Regularização Trabalhista

10.5.1. Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT ou Certidão Positiva com Efeito Negativo, relativo a comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Lei Federal n.º 12.440/2011, Art. 642-A). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente e eletronicamente.

11. DO CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. O Vencedor deverá apresentar a proposta de Menor preço por Grupo/Lote. (Com base no Art. 40, VII da Lei Federal nº 8.666/93 e Súmula nº 08 do TCE/RO de 16 de setembro de 2014, nº753 p.5).

11.2. De acordo com a Justificativa no Item 4.1.2.1 deste Termo de Referência.

11.3. E Súmula nº 8 TCE/RO de 16 de setembro de 2014 nº753 p.5:

"A Administração Pública em geral deverá restringir a utilização do critério de julgamento menor preço por lote, reservando-a àquelas situações em que a fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto; perda da economia de escala; redundar em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica, observadas as seguintes condições cumulativas:

a) apresentar justificativa que demonstre a motivação para a utilização do critério de julgamento menor preço por lote;

b) prever quantidade restrita de itens por lote;

c) proceder ao agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si, isto é, considerando-se a natureza e características dos itens, possam ser fornecidos por um mesmo fornecedor, concretizando, assim, os princípios da competitividade e igualdade;"

12. DAS AMOSTRAS

12.1. **As amostras possuem o condão de trazer segurança para a Administração Pública acerca da qualidade dos bens a serem adquiridos. Por vezes, tal exigência editalícia evita que a administração adquira produtos de qualidade duvidável.**

Nesse sentido:

“A finalidade da amostra é permitir que a Administração, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o bem proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no edital. **Com a amostra, pretende-se reduzir riscos e possibilitar a quem julga a certeza de que o objeto proposto atenderá à necessidade da Administração.**” MENDES, Renato Geraldo. **O processo de contratação pública: fases, etapas e atos.** Curitiba: Zênite, 2012. p. 171.

Ademais, apenas para fins de registro, cumpre anotar que a modalidade pregão eletrônico não é incompatível com a exigência de amostras, caso seja indispensável, conforme já decidido pelo TCU:

(...) Nesse passo, entendeu o relator que a exigência de amostras, quando requerida apenas do licitante classificado em primeiro lugar, é perfeitamente compatível com as peculiaridades da modalidade pregão, já que “garante a prestação, a perfeição e a eficiência do procedimento sem comprometer a sua celeridade”. **Ademais, no que respeita à alegação de que o pregão eletrônico seria inviável na hipótese sob exame, consignou que “além de ampliar a competição, o pregão eletrônico não é incompatível com a exigência de amostras, caso o gestor considere-a indispensável, devendo, contudo, caso se trate de aplicação de recursos federais, exigi-la apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.**” Nesses termos, o Tribunal, ao acolher a tese da relatoria, negou provimento ao recurso, mantendo inalteradas as determinações questionadas. **Acórdão 2368/2013-Plenário**, TC 035.358/2012-2, relator Ministro Benjamin Zymler, 4.9.2013. (Informativo TCU nº 167, período 03 e 04 de setembro de 2013.) (Destques)

Dessa forma, as amostras dos equipamentos ofertados, serão necessárias, com a finalidade de trazer maior segurança ao certame.

12.2. Das exigências:

12.2.1. As empresas classificadas deverão apresentar a folha de dados, especificando as configurações dos equipamentos.

12.2.2. As amostras (folha de dados dos equipamentos), deverão ser encaminhados a Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC.

12.2.3. A Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, possui Corpo Técnico para atender a outros órgão da Administração Estadual, disponibilizando assistência técnica, assessorando e analisando dados tecnológicos, como já de costume, desta forma poderá emitir Parecer Favorável ou não, informando se os equipamentos atendem ou não o objeto do Termo.

12.2.4. As amostras (folha de dados) dos equipamentos, deverão ser exigidas somente na fase de classificação/julgamento das propostas.

12.2.5. Será requerido inicialmente do primeiro classificado.

12.2.6. Caso seja comprovado que as amostras do primeiro classificado, não atendam as necessidades, será solicitado do segundo e este, não atendendo, será solicitado do terceiro.

12.2.7. Deverão ser comprovados o funcionamento para a finalidade desejada e manuseio dos equipamentos.

13. QUANTIDADE MÍNIMA DE UNIDADES A SER COTADA POR ITEM

13.1. Deverão ser Cotada Mínimo 03 unidades por Item.

14. DAS OBRIGAÇÕES

14.1. Da Contratante

14.1.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

"Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes." - Lei 8.666/93

14.1.2. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

14.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;

14.1.4. Realizar rigorosa conferência das características dos equipamentos entregues, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

14.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

14.1.6. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

14.1.7. Deverá a contratante designar um representante da Administração, permitindo a contratação de terceiros para assisti-lo ou subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

14.1.8. O Representante designado para fiscalizar a execução do contrato, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Devendo ser solicitadas a seus superiores em tempo

hábil para adoção de medidas convenientes, todas as decisões e providências que ultrapassem a competência do mesmo.

14.2. Da Contratada/Fornecedor

14.2.1. Entregar os equipamentos adquiridos na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

14.2.2. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

14.2.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, **no prazo de 30 dias**, a contar da notificação da contratada;

14.2.4. Responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à execução dos termos deste Termo de Referência, tais como: tributos, seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer despesas resultantes da entrega dos itens propostos, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário e quaisquer outras que forem devidas;

14.2.5. Notificar a Contratante, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha causar impedimentos na aquisição dos materiais, justificando que, em hipótese alguma eximirá a Contratada das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado;

14.2.6. Os casos omissos serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

14.2.7. A contratada tem a obrigação, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (art. 55, inciso xiii lei 8.666/93)

14.2.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **(Redação do parágrafo dada pelo Decreto Nº 24082 DE 22/07/2019).**

14.2.9. O contrato estabelecerá a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - DECRETO ESTADUAL Nº 26.182/21

15.1. A Contratação deverá se enquadrar dentro dos Critérios de Sustentabilidade, no que couber, nos Termos do Decreto Estadual nº 21.264 de 20 de setembro de 2016.

16. SANÇÕES

16.1. A licitante que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado, e será descredenciado do **sistema de cadastro da SUPEL e SICAF**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo, edital e no contrato e das demais cominações legais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; Conforme Art. 49 do Decreto nº 26.182 de 24 de junho de 2021.

16.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **sistema de cadastro da SUPEL e SICAF** ; Conforme Art. 49 do Decreto nº 26.182 de 24 de junho de 2021.

"Art. 49. Ficar impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

- III - apresentar documentação falsa;
- IV - causar o atraso na execução do objeto;
- V - não manter a proposta;
- VI - falhar na execução do contrato;
- VII - fraudar a execução do contrato;
- VIII - comportar-se de modo inidôneo;
- IX - declarar informações falsas; e
- X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP." - Decreto nº 26.182 de 24 de junho de 2021.

16.3. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, ela estará sujeita garantida a defesa prévia, segundo extensão da falta, às penalidades previstas nos Art. 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, tais como:

16.3.1. Advertência;

16.3.2. Multa;

16.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos (Art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93);

16.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (Art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93);

16.4.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita ao pagamento de multa nos seguintes termos:

16.4.2. Pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado neste TERMO: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do bem;

16.4.3. Pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: de 5% até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do material, considerando a gravidade causada a Administração dos danos decorrentes deste não fornecimento e/ou entrega do material;

16.5. Pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos **30 (trinta) dias** que se seguirem à data da rejeição: de 5% até o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor do bem rejeitado, considerando a gravidade causada a Administração dos danos decorrentes desta recusa em substituir o material rejeitado;

16.6. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no instrumento convocatório e legislação em vigor, pertinentes a esta Licitação, e não abrangida nas alíneas anteriores: de 0,5% até o limite máximo de 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento, considerando a gravidade causada a Administração dos danos decorrentes deste descumprimento;

16.7. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do **quinto dia útil** da data da notificação: de 1% até o limite máximo 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido, considerando a gravidade causada a Administração dos danos decorridos deste evento;

16.8. As multas estabelecidas no subitem **13.3** podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

16.9. As importâncias relativas a multas deverão ser pagas através de Guia de Recolhimento do Estado fornecida pela SSEGEP ou através de qualquer outro instrumento previsto na legislação vigente;

16.10. O Contratante, em caso de inadimplemento da parte contratada, deverá ainda, cancelar a ordem de fornecimento ou da nota de empenho decorrente desta Licitação, sem prejuízo das penalidades preestabelecidas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei, asseguradas o direito ao contraditório

e a ampla defesa;

16.11. As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da administração;

16.12. As sanções previstas nos itens **13.3.1, 13.3.2 e 13.3.3** deste Termo de Referência, poderão ser aplicadas juntamente com a do item **12.4**, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** (Art. 87, § 2º, da Lei 8.666/93);

16.13. As penalidades fixadas neste edital e em legislação correlatas serão aplicadas, por meio de Processo Administrativo, a cargo da autoridade competente desta SEGEF, no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa (Art. 5, Inciso LV, da CF/88);

16.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração;

16.15. Não transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar, quaisquer das aquisições a que está obrigada por força do estabelecido, deste Termo de Referência e seus Anexos;

16.16. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados a administração ou a terceiros;

16.17. Para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídas graus com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

Item	Descrição da Infração	Grau	Multa*
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
02	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os casos contratuais por dia e por unidade de atendimento.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Recusar-se a entregar os materiais conforme estabelecido, sem motivo justificado, por ocorrência.	04	1,6% por dia
06	Entregar materiais incompletos, paliativo substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, DEIXAR DE			
07	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência.	05	3,2% por dia
08	Efetuar a reposição de equipamentos danificados, por motivo e por dia.	04	1,6% por dia
09	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, no Edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
10	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Entregar os materiais nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por esse contrato; por item, por ocorrência.	02	0,4% por dia
12	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
13	Fornecer suporte técnico à CONTRATANTE, por ocorrência, por dia.	01	0,2% por dia

16.18. No caso de rescisão de contrato conforme os arts. 77 e 78 lei n. 8.666, de 21 de junho de

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. [\(Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999\)](#)

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17. DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O prazo de vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

17.2. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal 8.666/93.

18. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DO FORNECIMENTO ADICIONAL “CARONAS”

18.1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta, inclusive autarquias e fundações do GOVERNO DE RONDÔNIA, ou qualquer outro Órgão tanto da Esfera Estadual, quanto Municipal, mediante consulta ao órgão gerenciador nos termos do Decreto Estadual 18.340/2013;

18.1.1. A utilização da Ata nos termos do subitem 14.1 somente poderá ser efetivada em conformidade com o disposto no item II do Parecer Prévio 7/2014 - TCE/RO - PLENO;

18.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de

registro de preços da Administração Pública Estadual;

18.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

18.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes;

18.5. As adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem;

18.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de preços.

19. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

19.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

19.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

19.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

19.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.7. De acordo com o Art 15 do Decreto 18.340 de 06 de novembro de 2013:

19.8. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.9. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.10. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.11. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

19.12. A prorrogação da ARP não implica renovação dos quantitativos registrados.

19.13. A ARP estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

20. INFORMAÇÕES GERAIS REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. Após a homologação, poderá ser incluído, na respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- 20.2. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado mediante publicação em seu sítio oficial e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- 20.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.
- 20.4. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:
- a) os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;
 - b) os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.
- 20.5. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a letra "b" do Item 18.4 deste Termo de Referência, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 20.6. O órgão gerenciador publicará na imprensa oficial o extrato da ARP, com indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.
- 20.7. A publicidade de que trata o Item 18.6 deste termo de Referência, nos termos da lei, poderá ser substituída por publicação em sítios oficiais de compras da SUPEL, devendo o endereço eletrônico ser o mesmo da divulgação do edital que precedeu o registro de preços.
- 20.8. Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ARP nos termos estabelecidos neste artigo, fica dispensada a publicação desta em jornal de grande circulação.
- 20.9. Eventuais mudanças na ARP também deverão ser publicadas nos moldes estabelecidos neste artigo, inclusive de beneficiários, de marca, modelo ou de quantitativos dos itens ou de seus respectivos preços.
- 20.10. Por conveniência administrativa, observada a minuta anexa ao edital, poderá ser lavrada uma ARP para cada beneficiário ou uma para um grupo de beneficiários, sendo o extrato, neste caso, publicado de forma unificada.
- 20.11. Não constitui direito do beneficiário da ata o recebimento de comunicação direta.

21. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 21.1. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
- 21.2. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o art. 58, inciso I e o art. 65, inciso I todos da Lei Nº. 8.666/93;
- 21.3. Os preços são fixos e irrevogáveis.

22. DO REAJUSTE - ART. 40 DA LEI 8.666/93 E DECRETO 25.829/21

- 22.1. Para fins de Reajuste contratual, a solicitação deverá ter como Base:

22.1.1. Inciso XI do Art. 40 da Lei 8.666/93:

"Critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;"

22.2. O Decreto Estadual 25.829/21:

"Art. 4º O reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção,

admitida a adoção de índices específicos ou setoriais. § 1º É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano. § 2º A periodicidade anual nos contratos de que trata o § 1º será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir. § 3º Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo. Art. 5º Para fins de adoção de índices pré-fixados de reajuste, os gestores observarão o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste. § 1º Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação. § 2º Para itens de contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados, passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice. § 3º Em caso de paralisação ou aditamento de prazo em obras públicas, que venha a ultrapassar o prazo previsto em contrato para a execução, ter-se-á que as parcelas contratuais excedentes ao prazo original serão reajustadas pelo índice previsto no instrumento convocatório, desde que devidamente justificado pela contratante e que o contratado não tenha dado causa ao atraso na execução, respeitando a periodicidade anual prevista no art. 4º. Art. 6º O pedido de reajuste do contrato deverá ser instruído, observado o art. 15, com os seguintes documentos: I - requerimento da contratada devidamente assinado pelo seu responsável; II - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato; e III - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato. § 1º O reajuste poderá ser formalizado por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo. § 2º Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado". Decreto 25.829/21

23. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A entrega dos equipamentos será acompanhada e fiscalizada por servidor da SEPAT, devidamente designado para tal atribuição. Conforme Item 5.1.

24. OBSERVAÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho - RO para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE PESSOAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº , com sede na AV. Farquar 2896, nº representada pelo SUPERINTENDENTE, o Sr. SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA, portador do CPF/MF nº _____.

CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob nº (00.000.000/0001- 00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF nº (000.000.000- 00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO DE Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico e Câmeras de Segurança, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes neste instrumento para atender as necessidades da Superintendencia Estadual de Gestão de Pessoas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento licitado através do PREGÃO ELETRÔNICO _____, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0031.249956/2021-83 , e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico Biométrico e Câmeras de Segurança, de acordo com as especificações técnicas e as condições constantes neste instrumento para atender as necessidades da Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEF.

1.2. Da Vinculação:

1.2.1. Integram este Contrato além do Termo de Referência, as normas do Edital de Licitação PE _____, e a proposta da CONTRATADA, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA–DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

3.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. CLÁUSULA QUINTA–DA GARANTIA

5.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

6. CLÁUSULA SEXTA–DA VIGÊNCIA

6.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA–DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente. (órgão) (Equipe de licitação) (endereço) -Tel.: -
----- CEP.:----- - Porto Velho – RO. (Pregoeiro) (a) Mat. _____

8. CLÁUSULA OITAVA–DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

9. CLÁUSULA NONA –DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA–DA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO (SE HOVER)

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA–DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-DOS CASOS OMISSOS

16.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a administração pública.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA-DA PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA-DO FORO

18.1. Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Ficam aquelas estabelecidas no Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA

Coordenador Administrativo e Financeiro - SEGEP

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, após análise, **APROVO** o presente Termo de Referência e **AUTORIZO** a realização da despesa.

SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA

Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas - SEGEP



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO LUIZ PEREIRA LIMA**, Coordenador(a), em 29/05/2023, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO LUIZ RODRIGUES DA SILVA**, **Superintendente**, em 29/05/2023, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0038580960** e o código CRC **E20634FB**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0031.249956/2021-83

SEI nº 0038580960